



78^a Reunião Geral da FNP

Plenária de Prefeitos

Encontro virtual – 16/09/20 - quarta-feira

Programação atualizada em: 15/09/20 - às 18h04

9h Abertura

Gilberto Perre – Secretário-executivo da FNP

Mensagem da Huawei (vídeo - 1 min)

Jonas Donizette - Prefeito de Campinas/SP, presidente da FNP

9h10 Modernização da legislação da probidade administrativa PL 10887/2018

Izaias Santana - Prefeito de Jacareí/SP

A FNP apoia o aperfeiçoamento do PL 10887/18, de autoria do dep. Roberto de Lucena, que trata de probidade administrativa. O texto proposto dará mais segurança jurídica para quem atua na vida pública, promovendo o necessário combate à corrupção. A expectativa é que o relatório do dep. Carlos Zarattini seja apresentado e o PL pautado nos próximos dias. A FNP apresentou importantes sugestões ao relator, conferindo mais justiça aos bons gestores públicos. O objetivo é acelerar a apresentação do relatório na Comissão Especial da Câmara dos Deputados e mobilizar os parlamentares para a aprovação do relatório do dep. Carlos Zarattini.

9h20 Suspensão das contribuições do Regime Geral da Previdência Social <u>PL 4320/2020</u>

Auricchio Júnior - Prefeito de São Caetano do Sul/SP

O recolhimento das contribuições previdenciárias foi suspenso entre os meses de março e maio. A interrupção, no entanto, não foi suficiente para equilibrar a situação fiscal dos municípios. Agora, além de efetuar os pagamentos das competências ativas, as cidades passaram a liquidar simultaneamente os valores suspensos. A FNP defende que a interrupção seja até 31 de dezembro de 2020, com pagamento em até 60 vezes, a partir de 2021. A iniciativa vai auxiliar as cidades que não possuem regime próprio. A solicitação foi recepcionada pelo PL 4390/2020.

9h30 Suspensão do pagamento de Precatórios em 2020 PEC 21/2020 e PEC 95/2019 Fred Guidoni - Prefeito de Campos do Jordão/SP

Há duas propostas de PECs que tramitam sobre o tema: uma emergencial, para auxiliar na mitigação dos efeitos da crise suspendendo o pagamento de precatórios neste ano (PEC 21), e outra estruturante, que prorroga o pagamento de precatórios para 2028, dentre outras providências (PEC 95). Uma alternativa para esse tema seria a junção dos textos, garantindo a suspensão em 2021, a prorrogação dos precatórios e aperfeiçoamento das alternativas de pagamento.





9h40 Financiamento do Transporte Público PL 3364/2020

Rodrigo Tortoriello - Secretário de Mobilidade de Porto Alegre/RS e presidente do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Públicos de Mobilidade Urbana

Para mitigar os efeitos da pandemia no setor de transporte público, a FNP defende algumas alterações no PL, que prevê um aporte de R\$ 4 bilhões ao setor, partilhados por estados e municípios. O projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados no último dia 26 e aguarda ser pautado para deliberação do Plenário do Senado Federal. Ponto de atenção: metodologia de acesso aos recursos.

9h50 Contribuições para a FNP para 2021

Paulo Oliveira - Coordenador de Captação da FNP

10h Aplicação no Ensino em 2020

Tarcísio Cintra - Secretário de Finanças de Campinas/SP

A suspensão das atividades presenciais gerou queda na aplicação dos recursos previstos para o Ensino. A situação pode impedir que municípios alcancem o mínimo constitucional de 25%. A FNP defende pacificação e clareza das normas vigentes para adequar o orçamento em 2020. A proposta de PL elaborada pela entidade sugere que a aplicação possa incluir as despesas efetivamente empenhadas no exercício. Os municípios sugerem, ainda, a inclusão das contribuições previdenciárias patronais dos servidores da educação, empenhados ou não, devidos aos regimes próprios.

10h10 Reforma Tributária PEC 45/2019 e PEC 110/2019

Jonas Donizette – Prefeito de Campinas/SP, presidente da FNP

Giovanna Victer - Secretária da Fazenda de Niterói/RJ e presidente do Fórum Nacional de Secretários Municipais de Fazenda e Finanças

Vitor Puppi - secretário de Planejamento, Finanças e Orçamento de Curitiba/PR e presidente da Abrasf

Os prefeitos são favoráveis a uma Reforma Tributária que simplifique a forma de tributação e melhore o ambiente de negócios. Neste momento, as PECs 45/19 e 110/19 propõem a unificação dos impostos sobre consumo, extinguindo o ISS. O Simplifica Já (Emenda 144 à PEC 110) dialoga com a proposta do governo federal de instituição do CBS e é oportuna, pois garante o ISS e preserva a autonomia municipal. Diante desse cenário, o objetivo do debate é construir posicionamento institucional sobre a Reforma Tributária para a participação da FNP em audiência pública no dia 17/9, na Comissão Mista que discute o tema.

10h50 Considerações finais

11h Encerramento